

“Reduzir a dívida para não comprometer o ajuste interno”

por Roberto Baraldi
de São Paulo

O governo brasileiro pretende sentar à mesa de negociação com os bancos internacionais credores no início de outubro, tão logo feche formalmente acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e lance as bases para um entendimento com as agências oficiais reunidas no Clube de Paris. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, ao revelar ontem o possível cronograma de negociações, enfatizou que o Brasil não efetuará pagamento simbólico de parte de juros atrasados, como chegou a ser divulgado.

Eris não explicitou a posição brasileira com relação aos juros. Apenas reiterou que o País não tem como pagar integralmente o serviço da dívida externa neste e no próximo ano, e, possivelmente, em 1992. Também não antecipou se o governo está disposto a desembolsar parte dos juros devidos aos bancos comerciais estrangeiros. “Nós vamos sentar com os bancos e negociar alternativas”, disse o presidente



Jeffrey Sachs

Brasil não deve pagar integralmente o serviço de sua dívida, considerando, inclusive, desnecessária a estratégia brasileira de negociar com o FMI e bancos credores. “O momento certo de negociar chegará”, disse Sachs, argumentando que o País não pode reduzir seu nível de reservas através de transferências aos credores sem que antes os credores apontem claramente para perspectivas de soluções de longo prazo para a dívida externa com garantia de crescimento econômico para o Brasil.

“A comunidade financeira internacional como um todo está mais interessada no sucesso do plano de estabilização da economia do que na retomada do pagamento da dívida externa”, assinalou Sachs. O ex-ministro Bresser Pereira concordou e arrematou que alguns dos credores privados que se manifestaram publicamente pedindo que o Brasil pagasse os juros atrasados agiram deste modo para cumprir seu papel na defesa dos interesses dos acionistas.

A diplomacia é um fator importante na estratégia

Sachs demonstrou otimismo com relação às perspectivas brasileiras, afirmando que considera ideal a combinação de medidas ortodoxas adotadas no ajuste interno e de estratégia heterodoxa no acerto externo. Para ele, alguns programas de ajustes adotados recentemente por ou-

tros países fracassaram porque a heterodoxia prevaleceu nos dois campos, o interno e externo.

O economista aprova a direção adotada pelo governo brasileiro no ajuste externo, baseado na rigidez das políticas monetária e fiscal, entendendo que se atacou o núcleo dos problemas. “Mas não devemos ser complacentes com os resultados obtidos até agora. A inflação continua na faixa de dois dígitos, embora não haja mais o risco de hiperinflação. É preciso, entretanto, tomar decisões, que a situação ainda não é plenamente estável”, ponderou Sachs.

Delfim sugere a combinação de ações internas e externas

Neste quadro, ele desaconselha o pagamento do serviço da dívida. “É prudente que o Banco Central poupe reservas neste momento. Além disso, a posição brasileira no tocante ao ajuste externo deve ser buscar a redução da dívida, que hoje já é um conceito aceito pela comunidade financeira”, destacou Sachs.

Bresser Pereira, elogiado por Sachs durante sua palestra, por ter sido um dos primeiros defensores da tese da redução da dívida, concordou com o economista norte-americano nas linhas básicas, mas acrescentou alguns elementos à sua fórmula de ajuste. Para o ex-ministro, o ajuste interno exige a combinação de medidas ortodoxas, como a austeridade monetária e fiscal, e de atitudes heterodoxas, como a redistribuição de rendas e um pacto social. Já o ajuste externo demanda heterodoxia e diplomacia.

Bresser Pereira insistiu na necessidade de redução da dívida entre 40 e 50%, argumentando que “qualquer coisa a mais é incompatível com a estabilidade da economia e retomada do crescimento”. Ele defende que o equacionamento da dívida externa seja condicionado ao ajuste fiscal e ao crescimento econômico. A diplomacia entra como fator de administração de eventuais conflitos com os credores, como fez durante longo tempo a Costa Rica.

“Com muita competência, a Costa Rica ficou um longo período honrando apenas uma pequena parcela do serviço da dívida, sem agredir os credores. E chegou a um acordo com os credores, com redução da dívida da ordem de 60%, enquanto o México obteve redução de cerca de 20%”, enfatizou Bresser Pereira.

CONFLITO DISTRIBUTIVO

Antônio Delfim Netto concordou com Eris quanto à necessidade de negociar com o FMI e os bancos credores. Para o ex-ministro, o Brasil deve compor-se com a comunidade financeira internacional, para ser reconhecido como “um parceiro limpo, correto e decente”.

Argumentando que em economia tudo depende de tudo, Delfim Netto sugeriu a atuação simultânea nos “fronts” interno e externo, enfatizando que o governo não se deve deixar levar pela tentação da dicotomia ortodoxia interna-heterodoxia externa. Ele reconheceu os méritos do esforço de estabilização monetária, ressaltando, todavia, que o mais difícil é a etapa que o governo tem pela frente. “Foi hercúleo reduzir a inflação de 80% para 10% ao mês. Mas duro mesmo é jogá-la de 10% para 1% e, depois, para 0,3%”, frisou o ex-ministro.

Ele polemizou com Bresser Pereira quanto à natureza da inflação, atribuindo o fenômeno ao problema distributivo e não reconhecendo o caráter inercial proposto por Bresser Pereira. Delfim Netto alertou para a necessidade de ajuste do câmbio e chamou a atenção para as consequências negativas da alta do preço do petróleo e das perspectivas de frustração da próxima safra agrícola, por desestímulo aos produtores. “Se a próxima safra fracassar, o plano de ajuste estará perdido. O custo da alimentação aumentará entre 60 e 70%”, destacou o ex-ministro.

Para Sachs, não é preciso renegociar a dívida agora

do Banco Central, acrescentando que a carta de intenções a ser encaminhada hoje ou amanhã ao FMI não explicita as providências brasileiras quanto aos juros em atraso, mas garante a disposição de negociar uma solução com os credores.

Eris participou ontem, em São Paulo, de painel sobre a dívida externa, realizado pela Rosenberg Consultoria, e debateu a questão com três especialistas: os ex-ministros Antônio Delfim Netto e Luiz Carlos Bresser Pereira, além do economista norte-americano Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Harvard, que colaborou para o ajuste econômico da Bolívia, Polônia e, mais recentemente, Iugoslávia.

NÃO NEGOCIAR

Sachs, conhecido por suas idéias heterodoxas sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento, foi coerente com suas posições e sustentou que o